



A invisibilidade do catador de resíduos recicláveis e a indiferença no olhar do educador

The invisibility of the recyclable waste washer and the indifference in the educator's look



Sueli Gomes Moreira

Pós Graduada em Química
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.
Belo Horizonte, MG – Brasil.
sueligomoreira@gmail.com



Marcelo Diniz Monteiro de Barros¹

Pós-Doutor em Ensino em Biociências e Saúde
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.
Belo Horizonte, MG – Brasil.
marcelo.barros@uemg.br



Ana Priscila Ramos Miranda

Especialista em Direito de Família e Sucessões
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.
Betim, MG – Brasil.
anaramos.jus@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a invisibilidade dos catadores de resíduos recicláveis, abordando a fragilidade da relação do ser humano com seu próprio resíduo, remetendo-nos à distância e ao asco por ele (resíduo). Via de regra, impõe-se à figura da pessoa do catador de recicláveis, um distanciamento, uma obrigatoriedade de transitar nas sombras, como se fosse o próprio resíduo. Os autores entendem que se faz necessário transformar a visão sobre o resíduo, ao se pretender fazer emergir dele trabalho e renda. Indaga-se, então, qual deve ser o papel da escola nesta mudança de paradigma? É possível que, através da Educação Ambiental, haja reformulação do conceito do lixo, desagregando-o do conceito de sujeira e, então, ressignificar o trabalho deste profissional, dando, assim, dignidade a quem com ele trabalha?

Palavras chave: educação ambiental; catador de resíduos; lixo.

Abstract: The purpose of this paper is discuss about the invisibility of the pickers, already cited by some authors, also discussing the relation of hu mans being with his own residue, which refers to the distance and the disgust inserted in it, towards the person of the recyclable material collector in the shadows, as if he were the residue. The authors understand that it is necessary to change this view, since it is intended to emerge from it. Given the above one wonders, what should be the role of the school in this paradigm shift? It is possible that through Environmental Education there will be a reformulation of the concept of garbage, changing the concept of dirt and reframing the work of the picker, giving dignity to them.

Keywords: environmental education; waste picker; waste.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

MOREIRA, Sueli Gomes; BARROS, Marcelo Diniz Monteiro; MIRANDA, Ana Priscila Ramos. A invisibilidade do catador de resíduos recicláveis e a indiferença no olhar do educador. *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-18, e19925, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.19925>.

American Psychological Association (APA)

Moreira, S. G., Barros, M. D. M., & Miranda, A. P. R. (2022, maio/ago.). A invisibilidade do catador de resíduos recicláveis e a indiferença no olhar do educador. *Dialogia*, São Paulo, 41, p. 1-18, e19925. <https://doi.org/10.5585/41.2022.19925>.

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

1 Introdução

O sistema capitalista, que se fortaleceu e se instalou definitivamente com a Revolução Industrial, alterou a forma como o ser humano lida com seus bens e propriedades. A efemeridade dos produtos é pregada pela mídia a cada instante, incutindo a necessidade de substituição daqueles que se encontram desatualizados, apesar de funcionando perfeitamente, fazendo com que o descarte ocorra com maior rapidez. Além disso, os produtos industrializados, inclusive de gênero alimentício, passaram a produzir mais resíduos, desde sua produção até o consumo final.

Os impactos ambientais não foram poucos e, após o reconhecimento das consequências negativas para a fauna e a flora, passou-se a pregar a necessidade de preservação do ambiente e de reciclagem. Surgiu, então, a figura do coletor de materiais recicláveis, que passou a recolher resíduo reciclável a fim de vendê-lo e auferir alguma renda.

Diante desse cenário de imensa produção de resíduos pela comunidade e da existência de uma figura (o catador), quase imperceptível, na cadeia produtiva capitalista que realiza o trabalho de coletar e separar o resíduo reciclável, o presente trabalho tem por objetivo discutir a invisibilidade social da figura do catador de resíduos frente à superficialidade com que a sociedade lida com o resíduo por ela produzido, bem como investigar como a escola pode atuar positivamente nesse panorama.

Para tanto, iniciar-se-á com um panorama histórico para, a seguir, discorrer sobre a função do catador e sobre os fatores que contribuem para a nebulosidade que permeia sua condição.

Valer-se-á, ainda, de pesquisa de campo fundamentada na elaboração de um instrumento de coleta de dados, um questionário aplicado a alunos do Ensino Médio e à comunidade escolar de uma instituição de ensino público estadual de Belo Horizonte/Minas Gerais e a estudantes de uma universidade pública estadual, localizada no município de Ibirité/MG.

Por fim, abordar-se-á qual seria o papel da escola face a essa situação de cunho ambiental e social.

2 contexto histórico

O Brasil encontra-se numa realidade que nos remete aos anos entre 1988 e 1995. O cenário no país era de desolação e desemprego, traduzindo uma enorme desesperança.

Vargas e Felipe (2015) destacaram a maneira como o mercado brasileiro desse período apresentou uma total reconfiguração, frente às inúmeras crises financeiras, culminando por empurrar a população à economia informal, cenário que volta a se apresentar em 2013. De acordo com a Carta de Conjuntura, publicada em dezembro de 2013, pelo Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada – IPEA -, as taxas de desemprego mantiveram-se nas mínimas históricas, mesmo com a criação de postos de trabalho sendo reduzidas sensivelmente.

Nos anos seguintes, vislumbra-se a evolução da taxa de desemprego, até atingir o patamar em que o país se encontra hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), que mostram que a taxa de ocupação das pessoas de 14 anos ou mais foi se elevando de maneira expressiva, até alcançar um pico entre janeiro a julho de 2017.

Existe uma significativa diferença, estruturante, entre aquele período e hoje. Não se falava em empreendedorismo, não se propunha com tanto afincamento alternativas ao trabalho formal para a geração de renda. Ainda que existissem, eram tratados como meios menos nobres de se ganhar a vida.

O empreendedorismo, no Brasil, começou a ganhar destaque e espaço a partir da abertura da economia para o mercado internacional, nos anos 1990, conforme afirma Dornelas (2005).

No tocante a problemas ambientais, o Brasil estava ainda, nessa década, vivenciando o deslumbramento da ciência engajada ao cotidiano, como forma de conduzir a vida, com a crescente e massiva utilização do plástico e dos descartáveis.

Novos conceitos de bem viver estavam sendo impostos, em função da busca pelo “estilo de vida do homem moderno”.

Em entrevista realizada pelo jornal *Deutsche Welle* (2019) com a pesquisadora mineira Vanúzia Gonçalves Amaral, apontou-se o aparecimento de uma avalanche de plásticos descartáveis no lixo brasileiro, motivados pela facilidade de importação de produtos a baixíssimo custo, originados principalmente da China, a partir dos anos 1990.

Nesse contexto, apresentam-se, de um lado, a oferta cada vez mais abundante de soluções descartáveis em papel ou em plástico e, de outro lado, um aumento expressivo do contingente populacional que contou com uma parcela significativa de pessoas que se viu privada do direito ao emprego digno e à renda justa.

É nesse cenário que um personagem ganha ainda mais destaque em nossa sociedade: o resíduo. Este “novo ente” da sociedade moderna chega, em sua forma absoluta, ocupando todo o espaço que lhe é permitido, abusando de outros tantos, nem tão permitidos assim, trazendo consigo seus critérios e parâmetros, obrigando todos a ceder-lhe olhares de observação.

Mesmo com o país enfrentando uma crise financeira de proporções históricas, o brasileiro ainda produziu lixo em proporções alarmantes. Segundo o levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe (2014), houve um aumento de 26% em nossa produção de lixo, equivalendo a cinco vezes o aumento da nossa população. O

aumento continua acontecendo, sendo que, de 2016 para 2017, a geração total de resíduos no país aumentou 1%, o que equivale a 2.115 toneladas por dia, também de acordo com a Abrelpe (2017).

Uma faixa da população surge do caos social implantado pela carência de recursos financeiros, encontrando abrigo e valor neste novo espaço social gerado: campo aberto para o surgimento de um local de sobrevivência alternativa, o lixão, espaço tão combatido e criticado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010).

Encontra-se, nesse panorama, o cruzamento ideal de dois problemas sociais advindos da sociedade de consumo emergente: os resíduos ocupando cada vez mais espaço físico dentro de áreas com potencial para gerar lucro na especulação imobiliária e uma imensa multidão de pessoas sem qualificação profissional mínima, colocadas para fora do mercado de trabalho, em crise.

Muitos desses desempregados acabaram por recorrer à função de coletar resíduos recicláveis para se manter economicamente. De acordo com Layrargues (2002, p. 10), “A coleta seletiva, em especial da lata de alumínio, torna-se uma alternativa de geração de renda para uma significativa parcela da população brasileira”. Assim, os olhares do presente artigo voltam-se exatamente à situação a que esses catadores se submetem.

3 A função de retirar o lixo

Há que se entender, como plataforma de manutenção dessa sociedade de consumo, que a mão de obra, historicamente escravizada, responsável pela “limpeza” dos palácios e reinos, perpetue seu trabalho de “limpar” as cidades.

Como nos palácios e reinos este trabalho, muitas vezes sem especialização e necessidade de preparo, era desempenhado por serviçais e escravos, esperava-se que se repetisse a história numa sociedade livre de escravos, mas não livre da servidão, pois se causa incômodo conviver com um lixo que nós mesmos produzimos, dá alívio saber que, compulsoriamente, alguém realizará a limpeza, livrando a todos do lixo indesejável. Porém, esse sentimento de alívio não é suficiente para que se atribua dignidade ao trabalho deste que proporciona tal sensação à sociedade.

A figura do catador de resíduos e até mesmo a do agente de limpeza pública, até recentemente chamado de lixeiro, pela natureza de seu árduo trabalho, é vista com certo menosprezo. Faz-se o mesmo questionamento que Santos e Silva (2009, p. 691), quando escrevem que “trabalhar com aquilo que as pessoas não querem, aquilo que elas ‘colocaram para fora’, que tem odor desagradável, e que gera inúmeros problemas de saúde abre espaço para incluirmos o termo dignidade?”

Embora o Ministério de Meio Ambiente possua inúmeros argumentos e fatos para a elaboração da legislação pertinente à proteção e amparo deste trabalhador, através de iniciativas como o programa Pró Catador, instituído pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que também instituiu o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), muito pouco se percebe, efetivamente, em ações concretas, no sentido de aproximar esse trabalhador da dignidade humana.

4 A temporalidade legítima a invisibilidade

O catar produtos recicláveis pelas ruas da cidade carrega em si um desejo não formalizado de “estar fora assim que tudo melhorar”, um “por enquanto”, caracterizando essa atividade, além de alternativa, como temporária.

Ao situar a atividade do catador de resíduo como atividade temporária, estabelece-se, também, permissão para não oferecer a esse trabalhador condições adequadas de trabalho, ou até mesmo dignidade na sua realização.

A esse respeito, ao discorrer sobre a necessidade de passar a se discutir a Educação Ambiental num eixo formador de cidadania, especialmente com ações coletivas no âmbito público, Layrargues (2002, p. 2) afirmou que “As dispersas e isoladas iniciativas de criação de cooperativas de catadores de lixo, por exemplo, ainda não alcançaram uma articulação ampla e coesa o suficiente para transformar essa atividade em política pública.”

Com o passar do tempo, os catadores de material para reciclagem ganharam um pouco mais de espaço na mídia. E apesar de, a partir do Encontro Nacional, Conhecimento e Tecnologia: Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido em Brasília, nos dias 20 a 22 de agosto de 2014, houvesse mais discussões ao redor deste tema e políticas públicas surgissem como resultado, a implantação efetiva destas políticas demanda um envolvimento maior da sociedade, motivada pela necessidade de enxergar o lixo como um problema a ser resolvido por todos, de maneira individual, e que não seja enviado para debaixo do tapete ou delegado a terceiros, sem que dele se tome conhecimento ou providências.

Em que medida este terceiro, a quem a sociedade delega o papel de se livrar de todas as “mazelas”, torna-se fundamental na sociedade moderna (de consumo)? Se, então, considerado de fundamental importância, a ponto de reconhecer o trabalho dele como atividade econômica, com classificação no CBO desde 2002, por que não se confere honra ao trabalhador desse segmento, como se espera de todo trabalho - que seja enobrecedor e dignificante? Aqui, destacamos o

princípio da dignidade do trabalhador, presente na Constituição da República de 1988, sendo este princípio:

o ponto de partida da afirmação dos direitos do trabalhador, onde não há possibilidade de considerar o trabalhador como uma “coisa”, um mero meio de obtenção do lucro, mas sim afirmação do estudo de ser, com objetivo constitucional, e de respeito à dignidade da pessoa humana (BORGES, 2017, p. 2).

De acordo com Bortoli (2009), o reconhecimento da profissão dos catadores de materiais recicláveis não implicou mudanças nas condições de vida e trabalho dos catadores.

De acordo com King, Gutberlet e Silva (2016), em 2013, tínhamos, no país, um número equivalente a 387.910 catadores. No entanto, esse número não reflete plenamente a realidade, uma vez que muitos destes catadores não declaram a atividade como principal, por exercê-la esporadicamente ou como segunda atividade profissional.

Sabe-se que alguns indivíduos envolvidos no trabalho de catar material reciclável aderem a este trabalho como único meio de sobrevivência, e que alguns, já segregados do convívio social pelo vício em álcool ou drogas, encontram nesta atividade meios de garantir a alimentação diária, ou até mesmo a manutenção do próprio vício. De acordo com Magalhães (2016), muitos catadores iniciam seu trabalho na infância, acompanhando seus pais, e a exercem de maneira isolada, sozinhos, desarticulados de associações ou cooperativas, nas ruas ou nos lixões.

5 O desconhecimento aprofunda a distância entre a sociedade e o catador

Ao mesmo tempo em que se conscientizam crianças e jovens usando a educação ambiental, tendo como suporte a Pedagogia dos 3 R (Reduzir, Reutilizar, Reciclar), buscando criar um novo padrão de comportamento que vise a garantir a reciclagem, desconecta-se a reciclagem da figura do catador. De acordo com Layrargues (2002), o discurso ecológico oficial, que preconiza os discursos das grandes empresas, faz com que o catador seja eliminado do processo de reciclagem, já que ele também lucra com essa atividade. Ao invés de gerar renda para esse indivíduo, o discurso ecológico oficial incute no consumidor uma consciência ecológica que gera a:

diminuição da participação dos catadores no ciclo da reciclagem, pois o consumidor que recicla voluntariamente acaba por suprimir a tarefa do catador. Se a opção preferencial da indústria da reciclagem não é o apoio à criação de cooperativas de catadores e sua justa remuneração, mas sim a "troca" de equipamentos por latas de alumínio vazias, é porque essa é provavelmente a opção mais econômica (LAYRARGUES, 2002, p. 193).

Significa que o discurso oficial incute na sociedade a ideia de troca, fazendo com que as famílias separem e doem os materiais recicláveis, não ao catador, figura mais vulnerável na cadeia da reciclagem, mas à indústria, que não precisa pagar pelos materiais, pois os recebe gratuitamente, de seus próprios consumidores. A reciclagem é importante por si só, independentemente de haver imbricado neste processo um ser humano que, recolhendo do lixo certo material, o permite ser reciclado. Entretanto, se a comunidade desconhece a importância da coleta de material para esse indivíduo que se sustenta com ela, a garantia do sustento do coletor fica comprometida, enquanto se garante lucro para as instituições de reciclagem organizadas (cooperativas ou similares) já afinadas, fortemente, com o sistema capitalista.

A própria legislação, que suscita um olhar do poder público e, então, presumidamente, da sociedade sobre a atividade do catador, fomenta o agrupamento do exercício da atividade, muitas vezes perpetuando uma estrutura de domínio e submissão.

Isso porque a contratação, pelo poder público, de serviços relacionados a resíduos recicláveis, de acordo com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que altera o inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando dispensável a licitação que prioriza associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis.

Destaque-se que, com o passar dos anos, a Pedagogia dos 3 R foi ampliada, sendo atualmente conhecida como Pedagogia dos 5 R. A tentativa desta estratégia metodológica é de inculcar hábitos mais racionais na rotina da população. Somam-se Repensar e Recusar, a Reduzir, Reutilizar, Reciclar, trazendo à tona aspectos de consciência e responsabilização individual.

Muito embora estes conceitos tendam a minar a essência de nossa sociedade de consumo, foram alardeados como via de mão única para garantir a continuidade da vida no planeta: pilares da sustentabilidade. Mas, a mídia deu ênfase ao aspecto da reciclagem de materiais que muito pouco significava para a redução da agressão ambiental, embora agregue enorme valor ao retorno de investimento e lucro da indústria.

Dois outros novos conceitos foram introduzidos ao longo das campanhas de mídia, Reparar e Reintegrar. Contudo as ações concretas da indústria e do mercado continuam direcionando a população para fora destes conceitos, mantendo-os ligados a um senso comum de bem-estar e felicidade advindo apenas do consumo, como apontado por Fogaça e Perez (2014).

6 aspectos metodológicos

O procedimento metodológico utilizado é de abordagem qualitativa e trata-se de pesquisa exploratória, visando o levantamento de informações sobre o objeto do trabalho, especialmente sobre a percepção e comportamento da comunidade no que tange ao resíduo e ao coletor de materiais recicláveis. A pesquisa exploratória se mostra válida, pois, de acordo com Piovesan e Temporini (1995),

a população é rica de conhecimentos e esses conhecimentos, opiniões, valores e atitudes é que vão se constituir, muitas vezes, em barreiras. Essas barreiras podem ser conhecidas por meio do estudo exploratório e, pelo menos, parcialmente contornadas, a fim de que o programa educativo alcance maior aceitação. (PIOVESAN e TEMPORINI, 1995, p 320)

Isso é exatamente o que se busca com a pesquisa, identificar os conhecimentos populares sobre o assunto a fim de confirmar ou refutar as hipóteses quanto à falta de zelo da comunidade com seu lixo e com a figura do catador, além de apontar possíveis intervenções educacionais para aprimorar ou desenvolver tais conhecimentos.

No que tange ao procedimento para desenvolvimento da metodologia escolhida, foi utilizada a pesquisa de campo, no intuito de reconhecer a percepção da população sobre o catador e seu objeto de trabalho, com a utilização de um questionário constituído de nove perguntas, sendo cinco com opções de respostas pré-definidas e quatro que necessitam do ponto de vista explícito do respondedor.

O campo de aplicação deste questionário divide-se em segmentos diferentes da sociedade: alunos do ensino médio de uma escola pública de Belo Horizonte/MG, com faixa etária entre 15 e 23 anos, do turno da manhã, numa região de relativa vulnerabilidade social, professores e comunidade escolar dessa mesma escola, bem como estudantes de uma universidade pública de Ibirité, cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte.

Foram coletados um total de 47 (quarenta e sete) questionários devidamente preenchidos, sem a identificação nominal dos entrevistados. Ainda, fez-se distinção entre os segmentos da pesquisa, o que permitiu a ampliação do campo de observação, para, assim, destacar o desconhecimento latente e geral sobre este assunto. Foram aplicadas algumas perguntas de múltipla escolha e, três, com campo para explicações.

7 Análise de dados

Os sujeitos da pesquisa responderam a todas as questões propostas e os gráficos e análises feitos aqui se valerem das respostas fornecidas por todos eles.

Ao serem perguntados se haveria diferença entre lixo e resíduo, 25,5% responderam que não, enquanto 74,5% responderam que há diferença.

Apesar de 35 dos 47 respondentes terem afirmado que há diferença, mais da metade deles, três quartos, 74,5% não souberam indicar adequadamente essa diferença, sendo que muitos apontaram o resíduo como algo não reutilizável ou reciclável, demonstrando falta de conhecimento a respeito do lixo produzido.

Pontua-se que os sujeitos de pesquisa respondentes ao questionário são professores da educação básica e funcionários de uma escola Belo Horizontina e estudantes do ensino médio e superior.

Gráfico 1 - Respostas dos sujeitos de pesquisa registrando como são as lixeiras de suas casas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Das 47 respostas fornecidas a essa pergunta, apenas 18 indicaram ter várias lixeiras em casa para realizar a separação adequada do lixo, contrapondo-se, porém, ao observado no Gráfico 2, a seguir, no qual 26 pessoas informaram separar o lixo adequadamente, o que nos leva a ponderar sobre a sinceridade das respostas.

Apesar da possível dúvida quanto à fidelidade das respostas, pode-se perceber que a afirmação de Layrargues (2002) estava correta quando informa que a conscientização da população acaba por mitigar a função do catador, pois se tanta gente separa o lixo, entregando-o nos postos de coleta adequados ou, até mesmo, entregando-os para o sucateiro sem receber contraprestação

pecuniária, acaba por gerar mais lucro para a indústria e por diminuir os espaços de trabalho dos catadores.

Gráfico 2 - Registra se há separação do lixo doméstico e, em caso afirmativo, como é feito.



Fonte: Elaborado pelos autores.

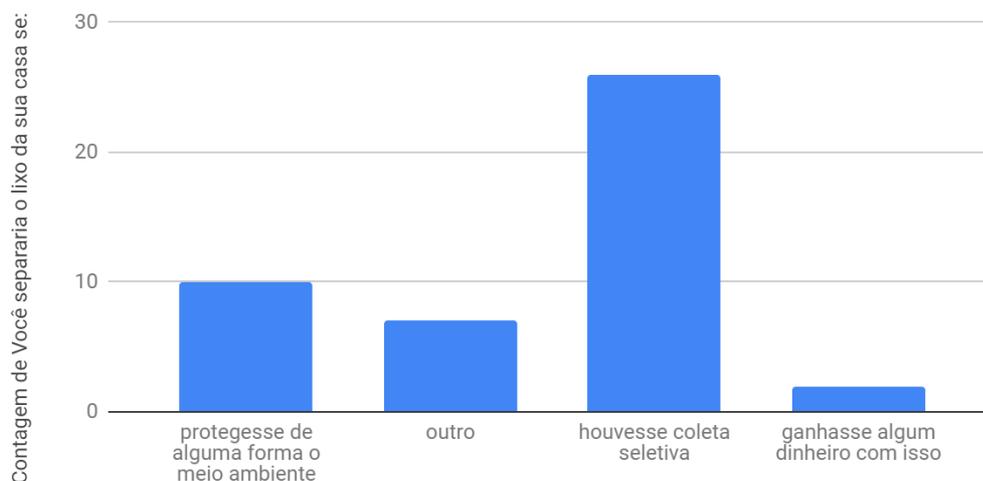
A dúvida quanto à fidedignidade das respostas é evidenciada nas alternativas indicadas nos gráficos 1 e 2 que são contrapostas às do gráfico a seguir, através das quais podemos perceber que a inércia do cidadão quanto à separação do lixo é, em muito, justificada pela ausência de ações do poder público para que ocorra a coleta seletiva.

Infere-se, então, que o cidadão comum mantém um desejo intrínseco de realizar ações que beneficiem sua comunidade, seu bem-estar e o do planeta, através de pequenas ações de preservação do ambiente em que está inserido. Contudo, a total incoerência entre o fazer público e a legislação cria uma barreira entre o querer fazer e o poder fazer. Percebe-se, num olhar simplório ao redor de nossas casas, que a coleta seletiva, por exemplo, ainda é um desenho tosco, no papel dos órgãos legisladores, sem nenhuma efetividade na prática.

Observemos o Gráfico 3 que nos dá um panorama sobre as respostas concernentes a fatores que influenciam na atitude do respondente de separar ou não seu lixo doméstico:

Gráfico 3 - Condicionantes para a separação do lixo doméstico

Você separaria o lixo da sua casa se:

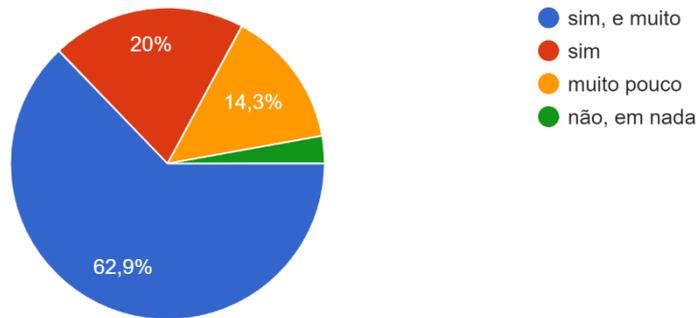
**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Perguntou-se, ainda, se os participantes da pesquisa conheciam alguma pessoa que seja catadora de resíduos. As respostas foram 65,1% positivas, significando dizer que 28 dos respondentes conhecem pelo menos um catador de materiais recicláveis, enquanto 15 disseram não conhecer.

Em seguida, foi questionado se o respondente poderia ajudar esse catador de alguma forma, sendo utilizada a escala de Likert para elaboração da pergunta e suas alternativas. De acordo com McClelland (1976), usando a escala de Likert na elaboração da pergunta, com alternativas de respostas em escalas de concordância, é mais fácil para o pesquisador redigir e analisar os dados obtidos. As respostas foram tabuladas da seguinte maneira:

Gráfico 4- Percepções dos respondentes sobre a possibilidade de auxiliar o catador de alguma forma**Você acha que pode ajudar o catador de alguma forma?**

35 respostas

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Percebe-se que a maioria respondeu positivamente à pergunta, apesar de em níveis de concordância diferentes. Porém, ao serem perguntados como essa ajuda ocorreria, 37 respondentes apontaram como forma de ajudar o catador a separação adequada do lixo, demonstrando que essa atitude é considerada de pouca ajuda para alguns, de muita ajuda para outros e, para terceiros, apenas uma ajuda. Destacamos o entendimento convergente dos respondentes sobre a atitude de separar o material reciclável ser ponto positivo no auxílio ao catador. Um respondente disse que poderia ajudar o catador incentivando e pedindo pessoas próximas a separarem também.

Outras respostas interessantes sobre como ajudar o catador foi a de identificação do lixo, inclusive dos resíduos cortantes.

Em seguida, foi perguntado sobre a eventual diminuição do volume de lixo produzido pelo respondente e pelo seu núcleo familiar. Dos 47 respondentes, 14 entendem não haver maneira de reduzir sua produção de lixo ou de sua família, enquanto 33 disseram ser possível, representando 29,8% de respostas negativas e 70,2% de respostas positivas quando à possibilidade de reduzir o lixo produzido suas respectivas casas.

Ao identificar as formas de diminuição do lixo, grande parte dos que responderam positivamente à pergunta anterior indicaram a não utilização de materiais descartáveis e o uso de sacolas retornáveis nos supermercados e locais de compras, em vez da sacola de plástico. A compostagem e reciclagem também aparecem como alternativa, sendo a primeira mais frequente nas respostas.

De forma a sintetizar os resultados obtidos com a pesquisa, pode -se dizer que a maioria das pessoas que responderam ao questionário não tem conhecimento adequado a respeito da distinção entre lixo e resíduo; existe uma confusão acentuada entre os conceitos de reutilização e reciclagem; dentre as estratégias sugeridas no sentido de auxiliar o catador, a atividade reciclagem aparece frequentemente, respondendo ao estímulo da mídia na T.V., que, de certa forma, direciona a população à reciclagem.

Esta pesquisa nos leva a crer que, ainda que movimentos sociais venham a conquistar direitos civis e trabalhistas para esta população de trabalhadores, o cidadão comum desconhece a natureza deste trabalho, não compreende sua necessidade e suas implicações relacionadas ao planeta e, por esses motivos, se mantém à distância de qualquer ação pensada sobre este assunto.

8 E o que a escola tem a ver com isso?

Chegamos, enfim, ao ponto em que se estabelece nossa discussão: qual é o papel da Escola como agente de disseminação dessa visão desqualificadora do profissional de limpeza urbana? Em que momento a Escola, como agente de transformação social, colabora para a manutenção da visão equivocada e desvalorizada do profissional da limpeza urbana pela condição de seu trabalho?

A legislação pátria estabelece que a educação ambiental deve ser promovida na escola, nos termos da Lei nº 9.795, de 27.4.1999 e do seu regulamento, o Decreto nº 4.281, de 25.6.2002, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Apesar de não trazer uma receita mágica para que os educadores apliquem ensinamentos de educação ambiental, o PNEA estabelece alguns princípios e objetivos, dos quais Lipai, Layrargues e Pedro (2007, p. 30) retiram algumas diretrizes comuns, que são “a visão da complexidade da questão ambiental, as interações entre ambiente, cultura e sociedade, o caráter crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente.”

Destacamos, aqui, a afirmação de Medeiros et al., (2011) que define a educação ambiental como

um processo pelo qual o educando começa a obter conhecimentos acerca das questões ambientais, onde ele passa a ter uma nova visão sobre o meio ambiente, sendo um agente transformador em relação à conservação ambiental (MEDEIROS et al., 2011, p. 2).

Diante da complexidade da educação ambiental e de seu caráter transformador, não poderia a escola deixar à margem de suas intervenções sobre o tema, a figura do coletor de materiais recicláveis.

Trazer para a cena principal da reciclagem a figura do catador, através de um novo olhar sobre esta pessoa, este ser humano que desenvolve esta atividade, suscitará novos debates, facultando o surgimento inclusive de políticas públicas e legislação trabalhista adequada. Contudo, ao se manter esta discussão afastada do currículo escolar, mesmo que como tema transversal ou interdisciplinar, reduz-se o campo de ação até da legislação, por torná-la inócua, na medida em que não há participação popular em sua aplicação.

Um lugar comum no discurso de muitos professores, durante a mediação do conhecimento, é exatamente o de colocar a falta de conhecimento acadêmico como pré-requisito para a função de “catar lixo”. Quantos de nós já escutamos ou proferimos a frase: “se não estudar, vai virar lixeiro”. Esta, decididamente, não é uma fala dignificadora da função.

Nos últimos tempos, a comunidade escolar vivencia uma explosão de experiências edificadoras dentro das escolas, que apresentam o intuito de incutir mentes recicladoras em jovens e adolescentes, corroborando as teorias de Carvalho (2001), quando destaca a existência de uma educação ambiental comportamental, que induz a mudança de hábitos e comportamentos, mesmo que para tal papel se tenha como figura de educador, por exemplo, a T.V.

Dentro desta perspectiva, podemos dizer que as respostas ao questionário oferecido apresentam convicções elaboradas com o apoio cognitivo das propagandas veiculadas nos canais televisivos.

Portanto, a escola deve assumir seu papel de educadora ambiental, contrapondo-se ao discurso ambiental oficial propagado pela mídia que beneficia apenas as grandes indústrias em detrimento do coletor e do próprio ambiente. Trata-se de sair da zona de conforto da educação ambiental conservadora, que apenas reproduz ações e discursos já ultrapassados, para viabilizar uma educação ambiental crítica, que tem por objetivo, de acordo com Guimarães, (2004)

promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (GUIMARÃES, 2004, p. 30-31).

A esse respeito, o estudo em questão enfatiza as palavras de Medeiros et al. (2011), que afirmam que

a educação tem a capacidade de promover valores, não sendo somente um meio de transmitir informações, trata-se de um processo que envolve transformações no sujeito que aprende e incide sobre sua identidade e posturas diante do mundo. Desenvolvendo habilidades como mais cooperação, e menos competitividade, assim se pode ter grandes expectativas sobre a recuperação do meio ambiente (MEDEIROS et al., 2011, p. 16).

É exatamente essa ideia de cooperação e de transformação social que se espera que a escola promova por meio de uma educação ambiental crítica.

9 Considerações finais

O estudo acredita nas políticas públicas como meio de reduzir as desigualdades sociais envolvidas na atividade de catar resíduos para a reciclagem. Acredita-se ser possível desempenhar tão importante papel na sociedade, com dignidade e respeito que é próprio de qualquer profissão.

A proposta do artigo em questão é propor que os educadores e os educandos se mantenham em estado de permanente vigília, que é necessária para uma mudança de visão sobre a profissão na sociedade, retirando da invisibilidade, do desrespeito e do descuido os profissionais que a desempenham.

É necessário um contato mais próximo entre a sociedade e esta classe trabalhadora, pois as iniciativas desta de cuidar do material de trabalho passa pela relação que aquela tem com seu lixo.

Esse cenário pode ser alterado, conforme conclusão do estudo em análise, por meio da intervenção da escola, como agente formador e transformador da sociedade, que tem como incumbência legal promover a educação ambiental, que deve ser feita de forma crítica, profunda e não superficial.

Ainda, precisa-se passar a tratar o lixo como trabalho e renda, segundo a fala de Geralda, presidente da ASMARE, em sua entrevista para a Rede Super de Televisão²: “compramos embalagens no supermercado, e nós a misturamos, não compramos lixo. E para os catadores nunca foi lixo, sempre foi trabalho e renda!”

Mas nada disso será possível se a sociedade mantiver a escola à margem desta discussão, conferindo-lhe apenas o papel de ensinar a jovens e adolescentes a fazer hortas em casa ou carrinhos com garrafa PET. Precisa-se sair da superfície e tornar possível o aprofundamento dos alunos nestas discussões, oferecendo-lhes oportunidades de ver o ser humano por detrás do carrinho empilhado de coisas para reciclagem.

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8HnZyQfO1tk>. Acesso em: 24. abr. 2019.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4389267/mod_resource/content/1/panorama2014.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*. 2017. Disponível em: http://abrelpe.org.br/pdfs/panorama/panorama_abrelpe_2017.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.
- BORGES, Adriano Silva. *Princípio dignidade do trabalhador e o ativismo na justiça do trabalho*. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63066/principio-dignidade-do-trabalhador-e-o-ativismo-na-justica-do-trabalho>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- BORTOLI, Mari Aparecida. *Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos*. Revista Katál. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2009.
- BRASIL. *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO*. 2010. 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mai. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. *Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 05 set. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. *Institui o Programa Pró-Catador [...]*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm. Acesso em: 04 set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. *Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 05 set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 05 set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico [...] e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 05 set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 04 set. 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Qual educação ambiental?* Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. *Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001. p. 43-51.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FOGAÇA, Jôse; PEREZ, Clotilde. *Felicidade adjetivada: polifonia conceitual, imperativo social*. Intercom – RBCC. São Paulo, v.37, n.1, p. 217-241, jan./jun. 2014.

GUIMARÃES, Mauro. *Educação ambiental crítica*. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: PNAD Contínua. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?edicao=17274&t=series-historicas>. Acesso em: 06 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões. *Carta de Conjuntura*. n. 21. dez. 2013. Rio de Janeiro: Ipea. Dimac, 2013.

KING, Megan F.; GUTBERLET, Jutta; e SILVA, Douglas Moreira da. *Contribuição de cooperativas de reciclagem para a redução de emissão de gases de efeito estufa*. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira Goes (orgs.) *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 509-538.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental*. In: LOUREIRO, C.F.B.,

LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. de S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. p. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.

LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUES, Phillippe Pomier; e PEDRO, Viviane Vazzi. *Educação ambiental na escola: tá na lei...* In: MELLO, Soraia Silva de; e TRAJBER, Rachel (coords). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 23-32.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. *Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira?* In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira Goes (orgs.) *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 123-150.

MCCLELLAND, John A.G. *Técnica de questionário para pesquisa*. *Revista Brasileira de Física*, 1(1):93–101, 1976. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.5b%20questionario.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.



MEDEIROS, Aurélia Barbosa de; MENDONÇA, Maria José da Silva Lemes; SOUSA, Gláucia Lourenço de; e OLIVEIRA, Itamar Pereira de. *A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais*. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. *Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública*. Rev. Saúde Pública, n. 29, 1995. p. 218-325.

PROGRAMA PRÓ CATADOR. *Encontro Nacional Conhecimento e Tecnologia: Inclusão Socioeconômica de catadores de Materiais Recicláveis*. Brasília: IPEA, 2014.

SANTOS, Gemelle Oliveira; SILVA, Luiz Fernando Ferreira da. *Há dignidade no trabalho com o lixo?* Considerações sobre o olhar do trabalhador. Revista Mal-estar e Subjetividade. Fortaleza. vol. IX, n. 2, p. 689-716, jun/2009.

VARGAS, Juliano; FELIPE, Ednilson Silva. *Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país*. Revista de Economia, v. 41, n. 3 (ano 39), p. 127-148, set./dez. 2015.

WELLE, Deutsche. *Como o plástico mudou a sociedade brasileira*. Natureza, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/02/08/como-o-plastico-mudou-a-sociedade-brasileira.ghhtml>. Acesso em: 10 jul. 2019.

